

Alberto Santana/Divulgação/Embrapa



Mulheres trabalham em plantação no norte de Moçambique, área que será afetada pelo programa ProSavana, que é apoiado pelo governo brasileiro

▶ OUTRO LADO ◀

Ministro vê uma ‘conspiração’ nas críticas ao plano

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM MOÇAMBIQUE

O ministro da Agricultura de Moçambique, José Condução Pacheco, vê uma “conspiração” nas críticas ao ProSavana.

“É uma conspiração para manter Moçambique dependente da importação de comida. Comida que podemos produzir aqui. Deturpam a informação para que continuemos a comer galinha cozida vinda de fora. Mas, para produzirmos galinha barata, temos de produzir soja, milho para fazer as rações”, diz Pacheco.

Segundo o ministro, não há “usurpação” de terras de pequenos camponeses.

“Nós não copiamos experiências negativas. Copiamos as boas coisas. E as boas coisas do Brasil é que conseguiram ter uma base de investigação científica invejável”, afirma ele.

Já o coordenador do ProSavana, Calisto Bias, diz que a presença de investidores privados no programa trará para o país uma “situação win-win”, ou seja, sem perdedores. Ele reconhece, no entanto, que “as informações prestadas não foram suficientes”.

Para remediar esse fato, ele diz que foi criado um site (prosavana.gov.mz).

No site, o Ministério da Agricultura de Moçambique promete “respeitar a soberania dos produtores locais” na transição de culturas de subsistência para a agricultura sustentável.

O aumento da produtividade viria com o emprego de melhores técnicas de cultivo, o uso de insumos e a criação de cadeias de produção integradas —no lugar das culturas de subsistência existentes atualmente.

A embaixadora do Brasil em Moçambique, Lígia Maria Scherer, afirma que Brasil e Japão foram simplesmente “convidados” a cooperar na promoção do desenvolvimento agrícola e de segurança alimentar de Moçambique.

Segundo ela, cultivo de lavouras para biocombustíveis, um dos principais temores das populações afetadas pelo programa, não estão previstos no ProSavana.

“O ProSavana é induzido pela demanda [de alimentos]”, afirma.

A presença de grandes grupos privados brasileiros dependerá, de acordo com a embaixadora, do desejo do governo moçambicano.

# Projeto agrário apoiado pelo Brasil é alvo de críticas em Moçambique

Entidades e camponeses se preocupam com ProSavana, para agricultura no norte do país

**Receio é que lavouras de exportação causem prejuízo a produtores; país africano é um dos mais pobres do mundo**

ANDREA FAMA  
CECILIA ANESI  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM MOÇAMBIQUE

Um projeto de produção de alimentos em Moçambique, com financiamento do Brasil, vem recebendo críticas de pequenos agricultores e entidades deste país do leste africano, ex-colônia portuguesa.

Com a ambição de ser um celeiro de alimentos para um dos países mais pobres do mundo, o ProSavana planeja revolucionar a produção agrícola no Corredor de Nacala, uma área fértil no norte de Moçambique com 14,5 milhões de hectares (equivalente ao Estado do Ceará).

As características da região, parecidas às do cerrado, facilitaram o envolvimento do governo brasileiro.

O objetivo é aumentar a produção de alimentos para o mercado interno e exportar

o excedente, mas Brasil e Japão (outro financiador do ProSavana) vêm recebendo críticas por estarem interessados apenas em promover o cultivo de produtos para exportação e biocombustíveis —o que os dois países negam.

Em maio deste ano, 23 entidades religiosas, agrárias e de direitos humanos moçambicanas, além de 43 organizações internacionais, enviaram uma carta aberta à presidente Dilma Rousseff, a seu colega moçambicano, Armando Guebuza, e a Shinzo Abe, premiê do Japão.

Nela, as entidades apontam risco de “séria e iminente ameaça de usurpação de terras das populações rurais e remoção forçada de comunidades de áreas que atualmente ocupam”. Elas reclamam da falta de debate e transparência quanto aos objetivos do projeto.

Outra grande experiência brasileira em Moçambique, a da mineradora Vale, na região de Tete, colabora para a desconfiança. Moradores reclamam de terem sido retirados de suas casas e dizem não terem recebido indenização adequada.

No caso do ProSavana, o receio é o de que multinacionais do agronegócio tomem áreas para promover monoculturas de milho, soja, algodão e cana-de-açúcar, entre outras, aniquilando pequenas lavouras de subsistência e criando uma massa de trabalhadores sem terra.

Cerca de 70% da população moçambicana depende da agricultura.

“A sociedade civil foi ignorada até agora. O envolvimento de agricultores é fundamental, pois são a base do país. Se não há diálogo, não há solução para o problema”, diz Anabela Lemos, da organização moçambicana Justiça Ambiental.

**ATRASSO**

O programa ainda está na fase inicial. Sua origem remonta a 2009, quando foi assinada uma parceria, envolvendo Brasil, Japão e Moçambique, de “assistência para produção agrícola” pelo país africano.

O Brasil vivia então o auge de sua política externa de apoio à África, marca registrada do governo Lula.

Desde então, o governo

brasileiro já investiu no projeto US\$ 13,7 milhões, por meio da ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e da Embrapa. O Japão aportou US\$ 23,8 milhões.

Mas o programa, que deveria estar operando neste ano, ainda não decolou.

Para os opositores do projeto, a grande ameaça é que seja criada uma situação de dependência dos pequenos agricultores com relação às grandes empresas.

O programa não prevê aquisições diretas de terra,

mas esquemas de “cultivo por contrato”, em que agricultores receberiam empréstimos para produzir determinada cultura para exportação.

Entidades temem que produtores caiam numa espiral de endividamento e deixem de produzir alimentos vitais para sua subsistência.

“O ProSavana não vai alimentar os moçambicanos nem as comunidades do Corredor de Nacala. O objetivo é explorar a terra e impulsionar exportações. Isso vai causar, e já está causando, conflitos sociais”, afirma Augusto Mafigo, presidente do sindicato dos produtores rurais de Moçambique.

Para João Mosca, economista da Universidade Politécnica de Maputo, “pode haver uma agenda invisível buscando objetivos que são diferentes dos declarados”.

Este artigo é parte do programa Innovation in Development Reporting, do European Journalism Centre. A pesquisa de campo foi conduzida por Andrea Fama, Cecilia Anesi, Jacopo Ottaviani e Isacco Chiaf.

**NA INTERNET**  
Veja vídeo sobre o programa  
[folha.com/no1378723](http://folha.com/no1378723)



▶ FOCO

## Argentina vence concurso latino para miss transexual

LÍGIA MESQUITA  
DE BUENOS AIRES

Na primeira edição do concurso Miss Latinoamérica Trans, que aconteceu nesta semana em La Plata (a 55 km de Buenos Aires), na Argentina, nenhuma das candidatas revelou ter lido “O Pequeno Príncipe” nem contou qual sua música ou pra-

to preferidos.

Teve até desfile com trajes típicos de cada país, mas, para vencer a disputa, as candidatas tiveram que responder a perguntas como “Quais direitos faltam serem conquistados pelos transexuais em seu país?”.

Ganhou a argentina Sofia Serrano, 27, da cidade de Los Pirpintos, província de Santiago del Estero. Ela, que vive em Buenos Aires, disputava a faixa e a coroa de miss com finalistas de Equador, Panamá, Peru e Venezuela.

O Brasil teve uma participante que não foi para a final. Sofia, ex-garota de programa, respondeu que os transexuais ainda são excluídos do mercado de trabalho na Argentina.

“Falei que a Argentina já evoluiu em muitas coisas na luta pela igualdade de gêneros, mas falta trabalho digno pra gente. Por isso, muitas amigas acabam indo traba-

lhar na rua, com prostituição, como aconteceu comigo”, disse ela à **Folha**.

A nova miss, que faz cursos técnicos de moda —ela mesma desenhou o vestido de sua coroação—, conta que, além de malhar muito e fazer dieta para o concurso, frequentou as aulas sobre direitos humanos oferecidas às candidatas na Universidade Nacional de La Plata.

“No meu país eu já posso ter um documento com meu nome de mulher, as pessoas do mesmo sexo podem se casar, mas ainda falta muita coisa”, afirma.

Como prêmio, ganhou uma viagem ao Uruguai e 3.000 pesos argentinos (R\$ 1.140).

“Queríamos fazer algo diferente, que discutisse os direitos humanos e não repetisse os estereótipos. Não era o típico concurso de beleza com padrão 90-80-90 [as medidas em centímetro de busto, cintura e quadrilhas estas]. O importante era o debate”, diz Claudia Vasquez Haro, presidente da Otrans (Organização Trans de La Plata), entidade que promoveu o Miss Trans.

Daniela Sánchez/EFE



A argentina Sofia Serrano (à dir.) desfila com outras concorrentes ao título de miss Trans

